

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 836.745 - RS (2016/0002201-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : GUILHERME NIENABER SOBRINHO - ESPÓLIO
REPR. POR : INGRID LIA ADAIME - INVENTARIANTE
ADVOGADO : MÁRCIO LOUZADA CARPENA E OUTRO(S) - RS046582
AGRAVADO : JAYME PRAWER
AGRAVADO : PRAWER PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO : GERSON FISCHMANN E OUTRO(S) - RS010495

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. NÃO CONFIGURADA. CÁLCULOS APRESENTADOS PELA CONTADORIA. ÍNDICES DE DEFLAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. ACÓRDÃO QUE NÃO DETERMINOU A LIMITAÇÃO AO VALOR NOMINAL DA CONDENAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO

DECISÃO

Da acurada análise do agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso pode-se depreender que GUILHERME NIENABER SOBRINHO - ESPÓLIO (ESPÓLIO DE GUILHERME) ajuizou ação de dissolução de sociedade contra JAYME PRAWER (JAYME) e PRAWER PARTICIPACOES LTDA (EMPRESA PRAWER) que foi julgada procedente.

O Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Gramado/RS, nos autos da execução definitiva de sentença, acolheu pedido de JAYME e da EMPRESA PRAWER e determinou o refazimento do cálculo dos valores por eles devidos, tendo sido apresentada manifestação pela contadoria do Juízo no sentido de que havia ocorrido pagamento a maior, porque não foram considerados os índices de deflação.

O cálculo foi homologado e o ESPÓLIO DE GUILHERME foi intimado para realizar a devolução do valor que teria recebido a mais.

Contra essa decisão, o ESPÓLIO DE GUILHERME interpôs agravo de instrumento alegando a nulidade da decisão por ofensa aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da isonomia, já que os cálculos apresentados pela Contadoria e homologados pelo Juízo, segundo os critérios reclamados pelos agravados, não contaram

com a sua participação, vez que não lhe foi concedida oportunidade para manifestação. Sustentou ainda, a preclusão do pedido de alteração dos critérios de atualização para que fossem aplicados os índices de deflação. Aduziu que após cerca de 6 anos de tramitação da execução, os agravados apresentaram manifestação quanto aos cálculos elaborados pelo Contador Judicial, alegando que, conforme novo entendimento adotado pelo STJ, devem ser considerados no débito os índices de deflação, no que foram atendidos pelo juízo.

O TJRS negou provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO DAS PARTES. CÁLCULO QUE NÃO ESTÁ SUJEITO A PRECLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ÍNDICES NEGATIVOS NO PERÍODO DE DEFLAÇÃO.

1. Não há falar em nulidade da sentença por violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, na medida em que ambas as partes tomaram ciência dos cálculos e planilhas apresentadas, ainda que não devidamente intimados para tanto.

2. Tendo em vista que o questionamento diz respeito ao quadro evolutivo de pagamentos e amortizações do crédito do agravante, tal cálculo não se encontra sujeito a preclusão.

3. Os índices negativos de correção monetária devem incidir sobre os valores devidos. Possibilidade. Precedentes

AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO. Por maioria (e-STJ, fl. 2.223).

Os primeiros embargos de declaração opostos pelo ESPÓLIO DE GUILHERME foram acolhidos, mas sem efeitos infringentes. E, os segundos aclaratórios foram rejeitados (e-STJ, fls. 2.259/2.267 e 2.278/2.284).

Irresignado, o ESPÓLIO DE GUILHERME interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando a (1) violação do art. 535, II, do CPC/73 quanto a (i) omissão no acórdão recorrido sobre a tese de violação do princípio do contraditório e da ampla defesa, visto que o prejuízo não se refere apenas ao julgamento da questão debatida no primeiro grau, mas na impossibilidade de se manifestar previamente quanto à aplicabilidade ou não dos índices de deflação; e, (ii) não manifestação quanto ao erro de cálculo referente a incidência da imputação ao pagamento; (2) negativa de vigência dos arts. 125, I, 249, § 1º, do CPC/73 porque lhe foi restringida a participação no processo e no exercício do contraditório e da ampla defesa; e, da (3) ofensa ao art. 463, I, do CPC/73 no que se refere à preclusão para discutir os

Superior Tribunal de Justiça

critérios da correção monetária e aplicação da deflação.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 2.323/2.326).

O apelo nobre não foi admitido em virtude da (1) ausência de violação do art. 535 do CPC/73; (2) incidência da Súmula nº 7 do STJ no que se refere à negativa de vigência dos arts. 125, I, 249, § 1º, do CPC/73; e (3) do óbice da Súmula nº 83 do STJ em relação a ausência de reconhecimento da nulidade diante da inexistência de prejuízo.

Nas razões do seu agravo em recurso especial, ESPÓLIO DE GUILHERME afirmou (1) a impossibilidade de análise do mérito do apelo nobre no juízo de admissibilidade; (2) a comprovação da violação do art. 535, do CPC/73 em virtude da omissão quanto ao prejuízo de não ter sido assegurado o contraditório, visto que não foi lhe oportunizada a análise do cálculo elaborado pela Contadoria Judicial; e, (3) inaplicabilidade da Súmula nº 7 do STJ no que se refere à ocorrência do prejuízo.

Foi apresentada a contraminuta (e-STJ, fls. 2.369/2.377).

É o relatório.

DECIDO.

CONHEÇO do agravo e passo ao julgamento do recurso especial interposto às e-STJ, fls. 2.288/2.317.

Do recurso especial

O recurso merece parcial provimento

(1) Do art. 535, II, do CPC/73

ESPÓLIO DE GUILHERME sustentou a violação do art. 535, II, do CPC/73 quanto a (i) omissão no acórdão recorrido sobre a tese de violação do princípio do contraditório e da ampla defesa, visto que o prejuízo não se refere apenas ao julgamento da questão debatida no primeiro grau, mas na impossibilidade de se manifestar previamente quanto à aplicabilidade ou não dos índices de deflação; e, (ii) não manifestação quanto ao erro de cálculo referente a incidência da imputação ao pagamento.

No julgamento dos primeiros aclaratórios o TJRS consignou que, apesar de não ter sido oportunizado às partes a manifestação acerca do novo cálculo da contadoria, tal fato não era suficiente para reconhecer a nulidade da decisão que declarou satisfeito o crédito, sendo afastado qualquer prejuízo com o julgamento no tribunal, confira-se:

Infere-se da leitura do acórdão a obscuridade apontada na análise

Superior Tribunal de Justiça

da alegação de cerceamento de defesa. De fato, as partes não foram intimadas acerca do novo cálculo apresentado pela contadoria o que, a rigor, caracterizaria o cerceamento.

Como destacado pela embargante, a ordem da juntada das peças processuais não corresponde à ordem cronológica dos atos praticados. Os embargos declaratórios (fls. 129/132) referidos no acórdão vergastado datam do dia 20 de junho de 2012 e atacam o despacho prolatado no dia 08 de junho de 2012, que determinou a suspensão da expedição de alvarás e a remessa dos autos à contadoria (fls. 121).

Assim, ao contrário do que constou nos fundamentos do acórdão, às partes não foi oportunizada a manifestação acerca do novo cálculo da contadoria datado de 20 de agosto de 2012 (fls. 122/128).

Contudo, tenho que tal fato não é suficiente para reconhecer a nulidade da decisão que acolheu o cálculo da contadoria e declarou satisfeito o crédito dos agravantes.

Isso porque a redução dos valores decorre exclusivamente do cômputo dos períodos de deflação no quadro evolutivo do débito em detrimento da aplicação de índice "zero" no período em que a inflação se mostrou negativa. E, justamente, essa é a discussão posta nos autos do agravo de instrumento, a possibilidade de aplicação dos índices de deflação.

Desta forma, entendo que a alegada nulidade por cerceamento de defesa restou subsumida pela discussão de fundo do agravo de instrumento acerca dos índices de correção, não havendo que se falar em prejuízo da parte agravante [...] (e-STJ, fls. 2.265/2.266 - sem destaque no original).

Assim, inexistem os vícios elencados no art. 535 do CPC/73, quais sejam, omissão ou obscuridade, sendo forçoso reconhecer que a pretensão recursal ostentava caráter nitidamente infringente, visando rediscutir matéria que já havia sido analisada pela Corte local, ainda que em sentido contrário ao pretendido pela recorrente.

A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte. Precedente: AgRg no AREsp nº 529.018/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, DJe 1º/9/2014.

Afasta-se, portanto, a alegada violação do art. 535 do CPC/73.]

(2) e (3) Da preclusão

ESPÓLIO DE GUILHERME afirmou, ainda, negativa de vigência dos arts. 125, I, 249, § 1º, do CPC/73 porque lhe foi restringida a participação no processo e

Superior Tribunal de Justiça

no exercício do contraditório e da ampla defesa. Aduziu a ofensa ao art. 463, I, do CPC/73 no que se refere à preclusão para discutir os critérios da correção monetária e aplicação da deflação.

O TJRS afirmou que os cálculos realizados não se referem à liquidação de sentença, mas apenas ao quadro evolutivo de pagamento e amortizações do crédito, e, portanto, não se encontra sujeito a preclusão, confira-se:

Logo, passo ao exame da alegação da preclusão do pedido de alteração dos critérios de atualização.

Como bem destacado pelo Julgador a quo, os cálculos apresentados pelo Serviço de Contadoria e questionados pelos agravados não são cálculos de liquidação de sentença.

Dessa forma, tendo em vista que o questionamento diz respeito ao quadro evolutivo de pagamentos e amortizações do crédito do agravante, tal cálculo não se encontra sujeito a preclusão [...] (e-STJ, fl. 2.229 - sem destaque no original).

Assim, considerando que o objeto do agravo de instrumento, que deu origem ao presente recurso, é a possibilidade ou não de incidência dos índices de deflação, o TJRS afastou existência de qualquer prejuízo, com a ausência de intimação na primeira instância, visto que o tema foi julgado no acórdão recorrido.

Com razão.

Esta Corte já consolidou o entendimento que a declaração da nulidade está condicionada à demonstração dos prejuízos decorrentes, o que não se verificou no caso em análise visto que o tema foi tratado no acórdão recorrido.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. PREJUÍZO NÃO COMPROVADO. PRINCÍPIO DA PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DA DECISÃO SURPRESA. INEXISTÊNCIA. OFENSA AO ART. 489 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Nos termos do entendimento jurisprudencial vigente nesta Corte Superior, inexistente violação ao princípio da colegialidade quando o relator julga monocraticamente recurso inadmissível, ainda mais quando é oportunizada à parte recorrente o direito de interposição de agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015.

2. A falta de intimação da parte para manifestação sobre a

Superior Tribunal de Justiça

preclusão do pedido de inversão do ônus da prova não constitui automática nulidade, ficando condicionada à demonstração dos prejuízos decorrentes.

3. Segundo orientação jurisprudencial, aplicando o princípio do pas de nullité san grief, a nulidade dos atos processuais só ocorre quando comprovados os prejuízos para as partes da relação processual.

4. In casu, entendendo o Tribunal estadual que a ausência de intimação para ciência do recorrente sobre a preclusão do pedido de inversão do ônus da prova não gerou prejuízos, descabe ao Superior Tribunal de Justiça alterar o posicionamento adotado, ante a incidência da Súmula 7/STJ.

5. Inexiste afronta ao princípio da não surpresa quando o julgador, examinando os fatos expostos na inicial, juntamente com o pedido e a causa de pedir, aplica o entendimento jurídico que considerada coerente para a causa.

6. O julgamento e conhecimento do recurso especial exige a efetiva demonstração, de forma clara e precisa, dos dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida juntamente com argumentos suficientes à exata compreensão da controvérsia estabelecida, sob pena de inadmissão, por incidência da Súmula 284/STF.

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.468.820/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 23/9/2019, DJe 27/9/2019)

Contudo, no acórdão recorrido ficou determinado que é possível a utilização dos índices negativos quanto ocorre a deflação e não mais o índice zero (e-STJ, fl. 2.232).

Ocorre que a Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.361.191/RS, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 27.6.2014, submetido ao rito dos recursos repetitivos, firmou a orientação de que se aplicam os índices de deflação na correção monetária de crédito oriundo de título executivo judicial, de modo que os índices negativos de correção monetária devem ser considerados no cálculo de atualização, desde que, no resultado final, não haja redução do principal.

No caso dos autos, não foi consignada a ressalva quanto à limitação da aplicação dos índices para evitar a redução do valor principal, sendo forçoso reconhecer que o acórdão recorrido está em dissonância com o entendimento firmado nesta Corte, devendo ser reformado quanto ao ponto.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

Superior Tribunal de Justiça

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CORREÇÃO ANUAL. ÍNDICE ADOTADO. 1. Ação de revisão de benefício de aposentadoria.

2. A correção monetária, instrumento de recomposição do valor da moeda, deve abranger as oscilações positivas e negativas ocorridas no período próprio de apuração, sob pena de distorção da realidade econômica e de acréscimo indevido no valor real da obrigação certificada.

3. Os índices negativos de correção monetária (deflação) serão considerados no cálculo de atualização, ressalvada a prevalência do valor nominal se, ao final, houver redução do montante principal.

4. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1.617.173/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 15/10/2018, DJe 17/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DO VALOR UNITÁRIO DO VALE-REFEIÇÃO. PERÍODOS DE DEFLAÇÃO. ÍNDICES NEGATIVOS. APLICABILIDADE. VALOR NOMINAL DO CRÉDITO. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

4. No mais, verifica-se que o acórdão combatido se alinha ao entendimento exarado pela Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça que, ao julgar o REsp. 1.361.191/RS, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 27.6.2014, submetido ao rito dos recursos repetitivos, firmou a orientação de que se aplicam os índices de deflação na correção monetária de crédito oriundo de título executivo judicial, de modo que os índices negativos de correção monetária devem ser considerados no cálculo de atualização, desde que, no resultado final, não haja redução do principal. Precedentes: AgInt no REsp. 1.650.821/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19.12.2017; AgInt no AREsp. 1.058.657/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 30.8.2017; AgRg no REsp. 1.339.647/RS, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 1.12.2015; AgRg no REsp 1248674/RS, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, DJe 3.2.2015.

5. Agravo Interno do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.067.778/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, j. 20/9/2018, DJe 3/10/2018 - sem destaque no original)

Assim, ao menos em tese, o acórdão recorrido ao determinar a

Superior Tribunal de Justiça

aplicação dos índices negativos, sem a limitação do valor principal, está em dissonância com o entendimento desta Corte, devendo ser reformado quanto ao ponto.

Contudo, a vocação *ínsita* do recurso especial não permite que esta Corte verifique se os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial foram realizados com a aplicação dos índices negativos de correção monetária (deflação); no entanto, sem a redução do principal, devendo tal verificação ser feita pelo Juiz de primeira instância.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER PARCIALMENTE** do recurso especial e, nesta extensão, **DAR-LHE PROVIMENTO** nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator

